

Reformas educacionais: impactos e perspectivas para o currículo e sua consequência de operacionalização prática da Escola Sem Partido

Eloá Marcele Nascimento Lacerda¹

Rodrigo Coutinho Andrade²

Introdução

O Movimento Escola sem Partido (ESP) foi criado pelo advogado, e também procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, com o objetivo de combater o caráter ideológico em todos os níveis de ensino, ou como o mesmo explicita no sítio virtual³ do ESP, “a contaminação político-ideológica das escolas brasileiras” (NAGIB, 2018, s. p.). Partindo do pressuposto de que a autonomia, atuação e formação docente estariam alicerçados sobre as teses da/de “esquerda”, passa a categorizar a relação ensino-aprendizagem sob a teleologia tendenciosa da “visão crítica da realidade”, e os professores como “um exército organizado de militantes travestidos” (Ibidem, s. p.)⁴.

Diante da “dificuldade de provar os fatos e na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema” (Op. cit.), o ESP se destina à defesa unilateral da “neutralização escolar” (RIBEIRO, 2016)⁵, conseguindo ao longo de uma década congregar sujeitos e organizações liberais e neoconservadoras pertencentes à sociedade civil e política. Estes, iniciaram sua ofensiva

¹ Estudante do Curso de Geografia da UFRRJ-IM. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID).

² Professor Assistente do Departamento de Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DEGEO-IM/UFRRJ). Membro do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS-UFRRJ). Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc-UFRRJ).

³ <http://www.escolasempartido.org/>

⁴ Na página do movimento é explícito a justificativa do movimento: “a pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (NAGIB, 2018, s. p.).

⁵ Segundo a análise documental do ESP realizada por Ribeiro (2016, p. 5), tal grupo se constitui como uma rede de cunho conjuntural, onde “também aparecem nomes dos esparsos personagens que animam essa marcha em prol da “neutralização escolar”: parlamentares de vários partidos (exceto os da esquerda), membros da bancada evangélica, entusiastas da ditadura militar, defensores da pena de morte e da “cura gay”, ideólogos do liberalismo e da privatização”.

jurídica, política e midiática com maior proficuidade, dado a conjuntura política e econômica do país, após o ingresso do processo de impedimento do mandato da então presidente Dilma Vana Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT), indissociável dos destinos das “jornadas de 2013”, resultante principalmente da ação de frações da classe média nos espaços físicos e virtuais.

Neste contexto, principalmente no ano de 2014, o ESP obteve de modo rotundo a ampliação de sua capilaridade jurídico-institucional, sustentada inexoravelmente pelas organizações de mesmo cunho político-ideológico, como o *Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre, Revoltados Online*, etc., em uma conjuntura de ascensão das teses neoconservadoras. Isto ocorreu, e ainda ocorre, em dois flancos explícitos, devido tanto ao avanço da tramitação de projetos de lei sobre o tema na Câmara dos Deputados, e nas escalas subnacionais, quanto de modo sincrônico à denúncia e intimidação de docentes de todo o país, e em todos os níveis de ensino, por meio de notificações extrajudiciais impulsionados pelo ESP, cujo modelo é fornecido no site do movimento, a fim de coibir a suposta “doutrinação ideológica” dos professores, incluindo o tratamento pedagógico de temas relacionados a gênero e sexualidade. Ou seja, ressaltamos que a ofensiva ocorreu em dois movimentos indissociáveis: do cenário jurídico-institucional e na reconfiguração do senso comum, alcançando o “chão da escola” na disputa sobre a concepção de educação, valores, ética e moral.

Sobre a primeira, destacamos que em 2014, no âmbito legislativo estadual do Rio de Janeiro, o deputado Flávio Bolsonaro (PSC-RJ) apresentou um projeto de lei redigido pelo próprio idealizador-criador do movimento, sendo seguido pelo vereador da cidade do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PSC-RJ). Desde então, o advento das pautas conservadoras tem se intensificado e, atualmente, tramitam dois projetos de leis (PL) a nível nacional: o PL 867/2015 do deputado Izalci Lucas Ferreira, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na Câmara dos Deputados, e o PL 193/2016 de autoria do senador Magno Malta, do Partido da República (PR), no Senado Federal.

Em relação à segunda questão, observamos a disputa por meio da participação de representantes do ESP nas audiências sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na revisão dos manuais didáticos, assim como no registro da aula de diversos docentes. Neste sentido, diante do cenário de recrudescimento da ofensiva neoconservadora sobre as políticas educacionais, o presente capítulo tem como objetivo explicitar as ideias e concepções do movimento ESP, e analisar e expor seus impactos e

perspectivas para as prescrições e práticas curriculares. Logo, pretendemos analisar as intencionalidades intrínsecas ao projeto político do movimento em questão, com o propósito de compreender suas motivações e verificar se existem riscos e, havendo, identificá-los.

Breve análise conjuntural: os flancos do ESP

O atual contexto sócio-histórico demarca a reconfiguração da ofensiva neoliberal no Brasil por meio da retomada de sua face ortodoxa, que impacta de modo rotundo a totalidade das políticas sociais no país. Em relação à educação, tal arranjo se materializa por meio de um conjunto de contrarreformas⁶ que abarca tanto os mecanismos de financiamento, controle e gestão, quanto suas premissas político-pedagógicas. Sobre o primeiro, ressaltamos as medidas institucionais que se materializam sob a justificativa do incremento do superávit primário e ajuste fiscal; ou, sobre outro prisma, do redirecionamento do fundo público para frações da classe burguesa rentista.

Dentre as medidas legais podemos destacar a aprovação da Emenda Constitucional N° 241/2016, que institui o teto dos gastos públicos e a inviabilização do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024), incluindo o financiamento das políticas sociais, de acordo com a inflação do ano anterior; a instauração de um novo comitê gestor da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através da Portaria N° 790/2016, centralizando no executivo sua formulação, assim como as predileções para sua aprovação; a suspensão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) e o retorno do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nas diretrizes do Programa Internacional de Avaliação da Aluno (PISA), por meio da Portaria N° 981/2016; a implementação da reforma do Ensino Médio com a aprovação da Lei N° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; a alteração – dissolução – da Conferência Nacional de Educação (CONAE); o desmonte do Sistema Nacional de Educação (SNE) por meio

⁶ Segundo Behring (2008), a materialização da contrarreforma seria resultante do processo de reorientação das políticas sociais e econômicas no contexto de recomposição burguesa, materializando as prerrogativas ideológicas, políticas e programáticas no Brasil sob o vértice dos determinantes do capital, originando o ataque aos direitos sociais garantidos constitucionalmente, a retirada dos Estado das questões econômicas estratégicas ante o processo de privatização e progressiva supressão da autonomia político-econômica, a redefinição executiva protagonizada prioritariamente no caráter público não-estatal, com protagonismo ao setor privado, e principalmente a extração dos direitos dos trabalhadores. Diante disso, observa-se a progressiva deterioração do Estado em sua prerrogativa histórica no balizamento dos direitos sociais garantidos, em convergência à despolíticação da política como método *sui generis*, reorientando sua finalidade para o impulso ao regime de acumulação produtiva-financeira neoliberal, e consecutivamente o fundo público para tais premissas.

da revisão do Fundo Nacional de Educação (FNE); a ofensiva pragmática para a formação de professores com a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015; a revisão do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024), etc.

Estas se coadunam de modo programático à intensificação da *accountability* educacional e das medidas “quase-mercado” dos sistemas públicos de ensino (OLIVEIRA, 2000), incluindo aqui a transferência de competências para da oferta educacional para a esfera militar em algumas unidades federativas, que geram impactos significativos nas práticas pedagógico-curriculares, sob o discurso da eficiência aferida pelas avaliações externas, ocultando o *modus operandi* ideológico e ético-pólitico. Ademais, de acordo com o documento *Professores Excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe* (BRUNS; LUQUE, 2014), esse processo, após a consolidação das medidas de avaliação em todos os níveis de ensino, da materialização das bases curriculares sob a ótica do capital⁷, assim como a reestruturação das diretrizes para a formação de professores, alcança seu patamar no que outrora era considerado como inviável: a capilarização da prática docente e o desmonte de sua autonomia.

Tal movimento, considerado aqui como a reestruturação-regulação do magistério em sua essência e das premissas político-pedagógicas balizadoras de sua autonomia, se encontra indissociável da ascensão do neoconservadorismo no país, espelhados nas diretrizes do ESP. No contexto de reordenamento da recomposição burguesa⁸, vide a acentuação das contradições da relação capital-trabalho para a reprodução social e material da vida, assim como na solidificação das reformas do trabalho e da previdência, se logra para a educação a disputa dos imperativos para formação do “homem de novo tipo”⁹. Estes, sob nossa ótica, cristalizam os derivados

⁷ Segundo Souza (2015, p. 277), essa denominação programática é intrínseca “a perspectiva historicamente delineada pela ação empresarial intermediada pelo Estado para a formação do capital humano necessário para garantir a produtividade e a competitividade das empresas no contexto de sociabilidade burguesa”.

⁸ O conceito em voga trata da condição ontológica da burguesia em sua peculiaridade histórica “de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX, 1980, p. 12). Esse, que é pelo pensamento marxista considerado sua característica ímpar, consiste na capacidade de conservação-dissolução-criação ante movimentos de crise, e consecutivamente, restauração.

⁹ O termo é correlato ao exame de Gramsci (2000, p. 243) sobre o americanismo, que seria a oposição à tradição e civilização europeia, por portar “uma composição demográfica racional”, sem prejuízos à reprodução do capital diante da inexistente plutocracia, ou demais frações de classe improdutivas, parasitárias. A racionalização do operariado, no seio do paradigma produtivo fordista, “determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo

estruturais para a consolidação ético-política-moral dos indivíduos no contexto atual, assim como as orientações para a cimentação do consenso ao projeto do capital na sociedade civil, como ente de construção e reprodução da hegemonia, capilarizados pelos aparelhos privados de hegemonia.

Neste sentido, progressivamente se pulverizam no senso comum a redefinição da função e da ação do Estado na totalidade dos poros societários e, no caso da educação, a sobrevalorização dos procedimentos valorativo-atitudinais ante o novo ordenamento político, social e econômico, indissociável dos aspectos cognitivos pela defesa do conhecimento utilitário-pragmático para a formação da classe trabalhadora. Sobre o primeiro, dentre as múltiplas vermes da ofensiva neoliberal sobre a escola, observamos o discurso sobre sua necessária refuncionalização nos dias atuais sob o discurso da crise, que tem por base as teses neoliberais da Sociedade de Mont Pèlerin¹⁰, ancorados na necessária fragmentação entre instrução e educação, destituindo de modo estrito a centralidade do ente público-estatal, ou seu efeito lateral. A ontologia da escola.

Uma observação preliminar: é importante distinguir entre "instrução" e "educação". Nem toda a instrução está relacionada com educação, e nem toda educação, com a instrução. O tema de interesse adequado é a educação. As atividades do governo estão em grande parte limitadas à instrução. [...] Uma sociedade democrática e estável é impossível sem um grau mínimo de alfabetização e conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e **sem a ampla aceitação de algum conjunto de valores**. A educação pode contribuir para esses dois objetivos. Em consequência, o ganho com a educação de uma criança não é desfrutado apenas pela criança ou por seus pais mas também pelos outros membros da sociedade. A educação do meu filho contribui para o seu bem-estar em

produtivo” (Ibidem, p. 248), englobando as dimensões psicofísicas, jurídicas, políticas e sociais. Tomamos tal terminologia como correlata aos dias atuais, devido ao rearranjo ético-político para o trabalhador nos dias atuais, por meio da solidificação da Pedagogia da Hegemonia. “O “novo homem”, nessa visão de mundo, deve: sentir-se responsável individualmente pela amenização de uma parte da miséria do planeta e pela preservação do meio ambiente; estar preparado para doar uma parcela do seu tempo livre para atividades voluntárias nessa direção; exigir do Estado em senso estrito transparência e comprometimento com as questões sociais, mas não deve jamais questionar a essência do capitalismo. À escola, portanto, é transmitida a tarefa de ensinar as futuras gerações a exercer uma cidadania de “qualidade nova”, a partir do qual o espírito de competitividade seja desenvolvido em paralelo ao espírito de solidariedade, por intermédio do abandono da perspectiva de classe e da execução de tarefas de caráter tópico na amenização da miséria em nível local” (NEVES, 2005, p. 211 – grifos do autor).

¹⁰ Esta seria “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre das regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 10). Sua gênese pode ser demarcada após a publicação da primeira edição do livro *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, no ano de 1944. Contudo, diante do contexto de ascensão do Estado de Bem-Estar Social europeu, e do *New Deal* norte-americano, evidencia-se o recuo político das teses neoliberais, que passam, através dos encontros bianuais, a partir de 1947, a estabelecer premissas teóricas contrárias ao intervencionismo estatal na economia.

termos de promoção de uma sociedade estável e democrática [...] A separação de uma criança dos pais por não poderem pagar sua instrução numa escola é claramente inconsistente com nossa posição de **considerar a família como a unidade social básica e nossa crença na liberdade individual** (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1977, pp. 94-95 – grifo nosso).

Em tempos de acirramento da artificial bipolarização, como resultante do cenário representativo-eleitoral, se acama na sociedade civil a disputa por projetos em todos os setores. No caso da educação, o ESP, representando um campo ortodoxo-conservador aos valores neoliberais, passa a denunciar práticas classificadas como partidárias no “chão da escola”, sob o sintagma da “doutrinação comunista”. Para estes, em convergência à elucubração de Friedman e Friedman (1977), a ação do Estado deveria se limitar ao mínimo instrucional que não fira a livre concorrência entre os indivíduos, à retomada do discurso nacional-ufano-patriótico, e ao protagonismo da família na reprodução dos valores. Ou melhor, como a campanha do ESP, “meus filhos, minhas regras”. Desse modo, o que está em curso seria o resgate de valores que outrora nortearam as políticas públicas para a educação no país, como o recrudescimento da Teoria do Capital Humano concomitante à retomada dos princípios valorativos-atitudeis.

Entretanto, diante das considerações até aqui realizadas, o presente estudo se desdobrará em quatro movimentos para o exame do ESP, abarcando inicialmente sua concepção de escolarização e educação, a análise sobre os significados explícitos e implícitos da taxonomia “doutrinação”, a desqualificação dos professores ante a ressignificação da cidadania no contexto de intensificação da bipolarização. Por fim, expor como o movimento em questão se coaduna à desprofissionalização docente e a aniquilação de sua autonomia, tendo como foco a limitação de sua liberdade intelectual.

A concepção de escolarização do Movimento ESP

No que diz respeito aos propósitos que tangem a educação e as práticas de ensino, considera-se o esforço de expor a defesa das demandas sustentadas pelo ESP, com o intuito de compreender o que se entende de aprendizado e ensino, segundo o próprio anteprojeto.

O movimento Escola Sem Partido se denomina como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das

escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino médio ao superior”¹¹. Dentre seus principais mecanismos de controle, os mais destacados são os que confrontam os materiais que não estejam em conformidade com as “convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis [...] nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”¹².

Apesar da defesa pela neutralidade do conhecimento, adotando nítida aversão e condenando termos como “doutrinação político-ideológica”, e insistindo e perseverando no respeito às “convicções político, ideológicas, morais ou religiosas” das famílias, é possível observar no próprio discurso do movimento, assim como em suas manifestações, uma real preocupação com o combate de discussões que contrariam as concepções políticas, socioculturais e econômicas hegemônicas, principalmente no que se refere às questões de gênero, raça e classe. Dessa maneira, o sentido aferido à neutralidade valorativa da ciência, segundo Löwy (1987), busca a dizimar a base sócio-histórica do conhecimento socialmente produzido ante às questões latentes do real-concreto, assim como sua essência classista, como realizado pelas doutrinas positivistas.

Deve-se considerar que a concepção de uma educação neutra é questionável em virtude de algumas considerações, e concebido ao longo da história como um artefato político (LÖWY, 1987). Uma delas é quem define o que é neutro e o que é ideológico? E, outra consideração, vide a tradição seletiva dos currículos de ampla escala, que ideologia está sendo condenada, e qual arcabouço teórico-metodológico tornar-se-ia hegemônico, uma vez que ninguém está isento de uma orientação ideológica em seu sentido estrito.

O processo de produção do conhecimento é o espaço da contradição, da história, da luta do homem para modificar o mundo (e se modificar nesse processo). Assim, se o conhecimento é construído por meio do trabalho humano, sua humanidade não pode ser negada, pois nela reside a própria ideologia (RAMOS, 2016, p. 252).

Levando em consideração a veemência em abortar do currículo as questões socioculturais, econômicas, de gênero e classe, deduz-se que o movimento almeja e trabalha para tornar a educação mecanicista, regulada e esvaziada, combinando os resultados nas avaliações verticais com os anseios ético-políticos em pauta. Em contrapartida, a despeito dessa concepção pascácia e alienante que busca ser implantada, e em defesa de uma escola cuja função, além de formar e integrar cidadãos,

¹¹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 03/02/2018.

¹² Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 03/02/2018.

seja a sociabilização de conhecimentos considerando a troca e confronto de ideias, garantindo os direitos de aprender do aluno e valorizando as diferentes concepções pedagógicas oriunda dos professores, destaca-se a contribuição de Paulo Freire dizendo que “a visão de liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos”. (FREIRE, 2014, p. 4)

Desmistificação do que se entende por ideologia

Existe uma concepção, talvez equivocada, do que o programa ESP entende por ideologia. Consideramos importante a desmistificação do conceito, pois o mesmo é empregado no projeto de forma pejorativa, comprometendo a qualidade do ensino, a liberdade de expressão e, ainda, a desqualificação do professor e o despertar do senso crítico.

Visando compreender e confrontar a concepção de ideologia concernente ao movimento ESP, vale ressaltar as diversas alusões realizadas em seu sítio virtual, sejam elas através de discursos ou propriamente através de seu documento, no que diz respeito a hierarquização na relação entre o professor e o aluno¹³. Ainda que esta hierarquização não seja valorizada no sentido de reconhecer e prestigiar os saberes do professor, visto que o que se pretende acontecer é o exato oposto, é importante reparar no quanto essa relação desigual sustentada pelo movimento tem a dizer sobre sua ideologia. Ou seja, partem do princípio de que os estudantes são sujeitos passivos, mesmo no contexto de ampliação das informações e formas de produção do conhecimento, assim como nos mecanismos de afirmação do-no mundo.

Apoiando-se na compreensão de Bobbio (1992), o autor propõe distinguir, em termos gerais – levando em consideração as múltiplas interpretações –, o conceito de ideologia delineando duas tendências usuais, sendo elas o significado fraco e o significado forte. O significado forte, com base no pensamento marxista, é

[...] Entendido como falsa consciência das **relações de domínio entre as classes**, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no

¹³ Sobre isso, o ESP se baseia na categorização do Síndrome de Estocolmo, onde os estudantes, por estarem em relação de inferioridade no processo de ensino-aprendizagem, seriam intimidados pelo discurso proferido pelos docentes, até serem cooptados pela matriz político-ideológico destes. Portanto, além de deixarem implícito a ideia vertical-hierárquica das relações estabelecidas no espaço escolar, defendem tal orientação por meio da disputa intransigente ao *modus operandi* em questão, por meio da defesa à “neutralidade”.

próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa (BOBBIO, 1992, p. 592 - grifo nosso)

Vale destacar algumas menções feitas pelo próprio movimento, a fim de desenvolver e nutrir suas concepções, para que se faça adequadamente as devidas contraposições. Ainda em seu sitio virtual, encontra-se a seguinte afirmação

[...] A pretexto de “construir uma sociedade mais justa” ou de “combater o preconceito”, professores de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para “**fazer a cabeça**” dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral¹⁴ (NAGIB, 2018, s.p. – grifo nosso).

Além desta, também encontramos a seguinte exposição: “basta informar e educar os alunos sobre o direito que eles têm **de não ser doutrinados** por seus professores; basta informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar”. (NAGIB, 2018, s. p. - grifo nosso). Ainda que não falte manifestações em diversas plataformas virtuais, já é o bastante para identificarmos que o movimento espera dos professores, que ele seja um mero reprodutor “neutro” do conhecimento no ostracismo da história – conhecimento este totalmente cerceado e comprometido –, e o aluno, neste caso, uma caixa vazia, absorvendo e incorporando o que lhe é ensinado, caracterizando uma educação mecanicista, prescritiva e esvaziada. Temos, portanto, a estruturação de uma hierarquia, que nem de longe engrandece o papel do professor, mas que, neste sentido, o submete a uma condição de silenciamento, constituindo uma ideologia, que segundo a definição de Chauí (2014, p. 53), seria:

Um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar. O que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

O movimento ESP se configura, nesta perspectiva, conjuntamente ao bloco em que se materializa suas ações, como defensora da ideologia em sua essência, que alcança capilaridade tanto na sociedade civil, quanto na sociedade política, para a disputa pela hegemonia e por um projeto de sociedade. Retomando as contribuições de Bobbio (1992) e Chauí (2014), este se enquadra no significado forte, ao passo que se concretiza como uma falsa conscientização, estruturando e reforçando o domínio entre as classes pela ocultação das contradições na reprodução social e material da vida. Em

¹⁴ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 17/02/2018.

outras palavras, “trata-se de dar um significado preciso e empiricamente plausível à ação que a crença ideológica desenvolve, no sentido da justificação do poder e da integração política, tanto do lado da obediência como do lado do comando” (BOBBIO, 1992, p. 586).

No entanto, apesar de sua organização indiscutivelmente sólida e da explicitação da ideologia pertinente ao movimento, o que acontece em seu discurso é a reprodução de uma ideologia fraca. Até aqui analisamos os discursos do movimento a fim de comprovar o estabelecimento de uma hierarquia determinada por eles, caracterizando-os como uma ideologia. Agora o esforço é analisar o discurso do movimento para compreender como eles se referem ao termo ideologia.

Novamente respaldando-se em seu sitio virtual, se destaca a seguinte afirmação:

“A **doutrinação política e ideológica** em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores”¹⁵. (grifo nosso)

Como já dito por Bobbio, a apropriação do termo Ideologia acaba colecionando uma gama de interpretações. No que se refere a menção acima citada pelo movimento, cabe justapor à definição de significado fraco de Ideologia, que como melhor define o que foi dito pelo movimento, seria:

Na acepção particular, aquilo que é "ideológico" é normalmente contraposto, de modo explícito ou implícito, ao que é "pragmático". E o caráter da Ideologia é atribuído a uma crença, a uma ação ou a um estilo político pela presença, neles, de certos elementos típicos, como o doutrinário, o dogmatismo, um forte componente passional. (BOBBIO, 1992, p. 585)

Constata-se, em virtude das contraposições feitas, o que é ideologia, o que a caracteriza, e porquê o movimento ESP se corrobora como tal. Mas, além disso, da potência falaciosa do movimento na medida que critica e condena o que eles entendem por Ideologia e acusam o professor de praticar, ao mesmo tempo eles se articulam solidamente por trás de sua pregação, configurando-se totalmente ideológicos.

Descontextualização da prática docente

¹⁵ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 17/02/2018.

Em virtude da imposição das convicções morais, éticas e políticas, não descartando a questão religiosa, o movimento ESP atua no sentido de deslegitimar a abordagem de assuntos relacionados aos conceitos marxistas e pós-estruturalistas, por exemplo, e os debates sobre gênero e sexualidade, tudo isso sob um discurso para neutralizar a prática docente.

Não por acaso essas medidas são tomadas em um momento de ascensão das forças conservadoras, onde buscam engessar o papel do professor, desautenticando seu papel de educador, de acordo com as teses neoliberais. Reconhecendo o movimento ESP como um aparelho privado de hegemonia (GRAMSCI, 2000), poder-se-ia dizer que é incumbência do professor, sob nossa ótica, trazer luz do conhecimento àqueles que são obscuros pela intencionalidade epistêmica em disputa. Como já exposto, não queremos aqui petrificar sua existência na função de “trazer luz de conhecimento”, mas valorizar o papel do professor, destoante dos signos do papel de inocência e ingenuidade dos alunos.

Pretendem, com isso, tornar o discurso do professor uma mera reprodução, sem despertar senso crítico, e o condicionando à circunstância de conformar os alunos, mesmo aqueles que fogem da normatividade, de todo contexto social e histórico. Neste sentido, não cabe à escola, tampouco ao professor, estimular debates que confrontem as desigualdades sociais, a intolerância religiosa, ocasionando uma sala de aula mecanicista.

Para isso, construímos uma tabela comparativa a fim de explicitar como o movimento ESP se posiciona, apoiados na Constituição Federal, porém fazendo uma interpretação um tanto quanto particular, gerando uma transposição descontextualizada, a fim de omitir e restringir os direitos do professor, sobretudo de expressão, garantidos *a priori* pela própria Constituição Federal.

Constituição Federal	Programa ESP
<p>Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</p> <p>I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</p> <p>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a</p>	<p>Art. 1º. Fica criado, no âmbito do sistema estadual de ensino, o "Programa Escola sem Partido", atendidos os seguintes princípios:</p> <p>I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;</p> <p>II - pluralismo de ideias no ambiente</p>

arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas , e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;	acadêmico; III - liberdade de consciência e de crença; IV - liberdade de ensinar e de aprender;
---	---

Além de ferir e comprometer a qualidade do ensino, bem como o exercício do espírito crítico e a relação entre o professor e o aluno, observa-se também uma busca pela redefinição do currículo negando ao professor e ao aluno o direito de serem sujeitos na construção do conhecimento, limitando não somente o alcance da educação, como os direitos do professor tanto no exercício de sua função como no seu papel civil.

Constituição Federal	Programa ESP
<p>Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:</p> <p>IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;</p> <p>IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;</p>	<p>Art. 4º - Liberdade de ensinar – assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa;</p>

Esses projetos, que buscam alterar os dispositivos constitucionais, se apoiam na neutralização da prática docente para articular um movimento neoconservador que busca impulsionar princípios religiosos, a defesa da família como norteadora dos princípios ético-morais, e o combate do debate sobre gênero, tendo como finalidade a submissão dos processos pedagógicos às convicções morais e religiosas pertencentes a este corpo.

A defesa de que o professor, em seu trabalho pedagógico, deve ocultar a sua visão de mundo e ser neutro diante das questões de seu tempo ou de outros tempos históricos, consiste numa espécie de ditadura para o trabalho docente, pois vai na contramão da construção de um currículo colaborativo, que valoriza os múltiplos saberes e aproveite os conflitos

teóricos para construir novos conhecimentos. [...] Nessa perspectiva, o professor não é uma “vitrine” onde são expostos os conhecimentos e os alunos escolhem o que mais lhe agradam. Essa seria a forma fácil de não se construir absolutamente nada, nem vínculo entre professor e aluno, nem autonomia do educando, nem dignidade do trabalho docente e muito menos conhecimento (RAMOS, 2016, p. 252).

Ocorre que, além de assegurado pela Constituição Federal sobre o direito à liberdade de expressão, o professor é também detentor de um saber profissional. Logo, capacitado para administrar e intervir pedagogicamente com os alunos. Não se deve sobrepor a profissionalização decente como doutrinação, quando seus esforços têm sido estimular o senso crítico para a vida do aluno. Nesse sentido, se estabelece uma desumanização dos professores e uma *idiotização* do aluno, configurados como “autômatos humanos a repetir conteúdo que o partido único, mas que se diz sem partido, autoriza a ensinar” (FRIGOTTO, 2016, p. 12).

Considerações finais

Acerca de toda análise sobre a atual conjuntura política vivenciada atualmente, marcada por grande embaraço, onde forças conservadoras se expandem, assim como a propagação de um sistema neoliberal, é de se esperar que ocorra uma desqualificação do trabalho docente, a fim de reforçar o avanço do programa. Isso explica o incessante esforço na retirada de direitos do professor, fazendo com o que a prática docente e sobretudo a educação se constitua ainda mais como uma resistência.

Essa resistência incorporada pela educação é acima de tudo para defender a construção de uma sociedade justa, e assegurar os direitos de todas as classes sociais, analisando com afinco as raízes das desigualdades, promover reflexões sobre etnia, assim como debater sobre questões de gênero. Trata-se de um esforço da educação e dos docentes para tornar uma sociedade mais democrática, o que acaba contrariando os interesses hegemônicos e as convicções tradicionais.

As consequências de operacionalização prática, nesse sentido, são marcadas pela restrição de assuntos relacionados a ciência humana, pelo silenciamento dos professores e a perda de sua autonomia, pela alienação de não somente uma sala de aula, mas em um conjunto, de toda uma sociedade. Assim como, indispensavelmente, um retrocesso no que se refere às conquistas alcançadas pela educação ao longo dos últimos anos.

A educação não se transformará com medidas verticais e insensíveis, com retirada de direitos, com a desumanização da figura do docente, tampouco com a *idiotização* do aluno. Existem outros fatores tão mais importantes e que são viscerais na construção de uma sala de aula mais eficaz. Para a educação é mais urgente o acesso à infraestrutura, valorização do professor, democratização em sala de aula. A educação avançará quando “diante do conhecimento ensinado/aprendido, há duas posições extremas: entender como o mundo é e manter tudo na mesma forma em que está ou contestá-lo e lutar para a sua transformação”. (RAMOS, Moacyr Salles. 2016, p. 253)

Referências bibliográficas.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Acumulação capitalista, fundo público e política social. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, Norberto. et ali. **Dicionário de política.** Brasília: Editora UNB, 1992.

BRUNS, Barbara; LUQUE, Javier. **Professores Excelentes: Como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe.** Washington, EUA: Banco Mundial, 2014.

CHAUI, Marilena. **A ideologia da competência.** Rio de Janeiro: Autêntica, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose Director. **Capitalismo e liberdade.** Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola sem partido”: imposição da mordça aos educadores. **E-Mosaicos**, v. 5, n. 9, p. 11-13, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARX, Karl. **O capital: livro I, vol. 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NAGIB, Miguel. **Escola Sem Partido: quem somos.** São Paulo: 2018. Disponível em <<http://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 17/02/2018.

RAMOS, Moacyr Salles; STAMPA, Inez. Subversão e resistência docente: Notas sobre a ditadura militar e o movimento Escola sem Partido. **Revista Espaço do Currículo**, v. 9, n. 2, 2016.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Apresentação**. A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SOUZA, José dos Santos. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, p. 273-290, 2015a.